

**HABEAS CORPUS Nº 563.631 - DF (2020/0047059-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : THAIS MENDES TEIXEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial sem pedido liminar impetrado em favor de THAIS MENDES TEIXEIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no julgamento da Apelação Criminal n. 0015002-89.2015.8.07.0009.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, pela prática do delito tipificado no **art. 157, § 2º, II, do Código Penal** (e-STJ, fls. 13/15). Irresignada, a defesa apelou e o Tribunal distrital negou provimento ao recurso (e-STJ, fls. 21/29), em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADAS NEGATIVAMENTE. INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS MATEMÁTICOS. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. CONFISSÃO. APLICAÇÃO DA REDUÇÃO. DA PENA DE MULTA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. AUMENTO DA PENA.*

*1. Uma vez comprovada a materialidade e a autoria, a condenação é medida que se impõe.*

*2. O legislador não fixou critério matemático para o cálculo da pena, dando margem à discricionariedade do Juiz, que deve sempre estar atento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade ao dosar a reprimenda, tendo sempre em vista o estabelecimento de sanção suficiente para prevenir e reprimir o crime a fim de resguardar as garantias constitucionais. Ademais, somados aos vetores indicados pelo legislador no artigo 59 do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Código Penal, a fixação da pena-base deve ser feita de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a finalidade preventiva e repressiva.*

*objurgada.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/10), a impetrante afirma que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal à paciente, na medida em que manteve a valoração negativa de sua conduta social, com base apenas em suas condenações anteriores, pois *o artigo 59, do Código Penal, determina, para a fixação da pena, atenção aos antecedentes, assim considerados como um todo do histórico penal, não sendo permitida a fragmentação de condenações porventura existentes por circunstâncias judiciais diversas ali elencadas* (e-STJ, fl. 6).

Diante disso, requer o decote da referida vetorial e, por conseguinte, o redimensionamento da pena da paciente, na primeira fase do cálculo dosimétrico.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 34/36, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

Preliminarmente, observo que a inicial do *writ* **não veio acompanhada de documentos** suficientes a comprovar o alegado constrangimento de que estaria a paciente sendo vítima e até mesmo a inauguração da competência desta Corte Superior, o que prejudica, sobremaneira, o adequado exame do caso.

Isso porque, a cópia da sentença condenatória está incompleta, especialmente a parte relativa à dosimetria da pena da paciente (fl. 4/6 dos autos do TJDF), na qual a impetrante alega estar configurado o constrangimento ilegal à paciente, em virtude da negatização de sua conduta social. Ademais, no acórdão de apelação, a defesa se limitou apenas a pleitear a exasperação da pena-base em 1/8, para cada circunstância judicial negatizada,

além do decote da vetorial circunstâncias do crime, e da redução das sanções em 1/6, na segunda fase, devido à incidência da atenuante da confissão espontânea.

Ação constitucional de natureza mandamental, o *habeas corpus* tem como escopo precípuo afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir. No entanto, sua natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória.

É cogente à impetrante, por isso, apresentar elementos documentais suficientes para permitir a atuação do Superior Tribunal de Justiça, no caso, e a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

Nessa diretriz, menciono:

*PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO JULGADA. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. AUTO DE CONSTATAÇÃO DE DANO. IDONEIDADE. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSENTE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NOS AUTOS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*2. Na espécie, deixou-se de proceder à demonstração, mediante documentação comprobatória suficiente, de que o auto de constatação de dano realizado seria inidôneo, eis que ausente a peça, cabendo ao impetrante a esmerada instrução do habeas corpus, indicando, por meio de prova pré-constituída, o alegado constrangimento ilegal.*

*3. Habeas corpus não conhecido (HC n. 166.551/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma., Julgado em 11/6/2013, DJe 17/6/2013)*

Não obstante isso, saliento que a insurgência deveria ter sido suscitada no momento oportuno perante a Corte distrital, até para possibilitar à instância recursal um pronunciamento seguro sobre a matéria, pois é vedada a inauguração, em *habeas corpus*, de tese defensiva não aventada nem debatida

# *Superior Tribunal de Justiça*

na via ordinária sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator